


**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Gustavo Mota Cordoba Lopes

**A EVOLUÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO DURANTE A
MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL**

**Resende
2023**

	APÊNDICE III (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL) AO ANEXO B (NITCC) ÀSDIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA NA AMAN	AMAN 2023
---	---	----------------------

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORIAS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: A EVOLUÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO DURANTE A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL
AUTOR: GUSTAVO MOTA CORDOBA LOPES

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A AMAN poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou do Diretor de Ensino da AMAN.

Resende, 29 de maio de 2023



Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

L864e LOPES, Gustavo Mota Cordoba

A evolução do ensino na Escola Militar do Realengo durante a Missão Militar Francesa no Brasil / Gustavo Mota Cordoba Lopes – Resende; 2023. 41 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Ricardo Duque Minardi

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Gustavo Mota Cordoba Lopes

**A EVOLUÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO DURANTE A
MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Ricardo Duque Minardi

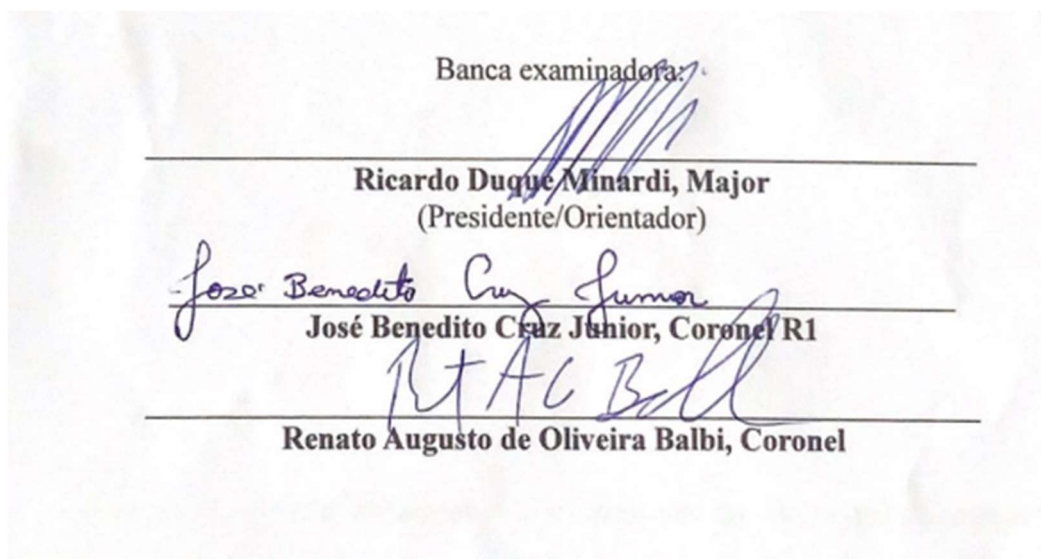
Resende
2023

Gustavo Mota Cordoba Lopes

**A EVOLUÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO DURANTE A
MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 29 de maio de 2022



Resende
2023

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ter me permitido chegar até esse momento e me dado condições de vencer todos os obstáculos impostos pela formação até o presente momento, mesmo não sendo merecedor de tamanha misericórdia. Dedico também aos meus pais por sempre me apoiarem e constituírem um forte pilar que me ajudou a ficar de pé em diversos momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me permitido vencer todas dificuldades até o presente momento e, principalmente, pela obra de salvação que fez em minha através de Jesus Cristo, nosso Salvador, mesmo sendo pequeno e falho diante de toda a Sua grandeza.

Agradeço também a minha família por sempre estar presente e me apoiar em todos os momentos, dando-me forças para vencer diversos obstáculos e servir de exemplo de como devo agir.

Agradeço aos meus camaradas de turma por todos os momentos vividos na caserna, ao dividirmos a mochila e o cantil.

Agradeço ao meu orientador pela paciência e grande dedicação ao me orientar durante a confecção desse trabalho, não medindo esforços para me ajudar a fazê-lo da melhor forma possível.

RESUMO

A EVOLUÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO DURANTE A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL

AUTOR: Gustavo Mota Cordoba Lopes
ORIENTADOR: Ricardo Duque Minardi

O presente trabalho tem por finalidade analisar a contribuição da Missão Militar Francesa no Brasil para a melhoria na formação do aluno da Escola Militar do Realengo, visando entender uma parte do processo da evolução do ensino militar. Em 1913, foi fundada a Escola Militar do Realengo, visando centralizar a formação dos oficiais do Exército Brasileiro, que ocorriam em diversas escolas espalhadas pelo território nacional. Nessa mesma época, no início do século XX, o Exército percebeu a necessidade de melhorias na formação do futuro oficial, tendo em vista que a formação focava mais no ensino teórico e acadêmico do que na prática e na atividade fim dos futuros comandantes de fração. O estopim para essas mudanças foi a Primeira Guerra Mundial, e a entrada do Brasil nesse conflito em 1917, elevando a defesa nacional como assunto a chave e valorizando o Exército Brasileiro. Para a realização dessas mudanças, foi implantada a chamada “missão indígena”, em 1918, que consistia na inserção de oficiais que haviam estagiado por 2 anos na Alemanha como instrutores da EMR. Esses oficiais, denominados jovens turcos, passaram a difundir uma mentalidade de instrução que focava muito mais na prática em contraste com o ensino acadêmico, visando formar militares estritamente capacitados a agir em combate. Porém, com a eclosão dos acontecimentos ocorridos em 5 de julho de 1922, que envolveu a EMR e os jovens turcos, esses oficiais foram afastados, marcando o fim da “missão indígena”. Esse afastamento deu espaço para que a Missão Militar Francesa no Brasil, missão estrangeira no Exército Brasileiro que já estava sendo cogitada, pudesse interferir na EMR e realizasse diversas mudanças no ensino. Essas mudanças buscaram a harmonia entre o ensino prático e teórico e reverberam até os dias de hoje.

Palavras-chave: Escola Militar do Realengo, Ensino Militar, Missão Militar Francesa no Brasil

RESUMEN

THE EVOLUTION OF TEACHING AT THE ESCOLA MILITAR DO REALENGO DURING THE FRENCH MILITARY MISSION IN BRAZIL

AUTOR: Gustavo Mota Cordoba Lopes
ORIENTADOR: Ricardo Duque Minardi

The present work aims to analyze the contribution of the French Military Mission in Brazil to the improvement in the training of students at the Military School of Realengo, in order to understand part of the process of evolution of military education. In 1913, the Military School of Realengo was founded, aiming to centralize the training of Brazilian Army officers, which took place in several schools spread throughout the national territory. At the same time, at the beginning of the 20th century, the Army realized the need for improvements in the training of future officers, given that training focused more on theoretical and academic teaching than on practice and the core activity of future exchange commanders. The trigger for these changes was the First World War, and Brazil's entry into this conflict in 1917, raising national defense as a key issue and valuing the Brazilian Army. To complete these changes, the so-called "Indigenous Mission" was implemented in 1918, which consisted of enrolling officers who were trained for 2 years in Germany as EMR instructors. These officers, called Young Turks, began to spread a teaching maternity that focused much more on practice in contrast to school teaching, guiding military trainees to act in combat. However, with the outbreak of events on July 5, 1922, which involved the EMR and the Young Turks, these officers were remote, marking the end of the "indigenous mission". This departure gave space for the French Military Mission in Brazil, a foreign mission in the Brazilian Army that was already being considered, to interfere in the EMR and make several changes in teaching. These changes sought harmony between practical and theoretical teaching and reverberated to the present day.

Palabras clave: Military School of Realengo, Military Education, French Military Mission in Brazil

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ensino Prático na Escola Militar: Regulamentos de 1913-1914, de 1918 e de 1919.....	24
Quadro 2 – Ensino teórico do Curso Fundamental da EMR de 1913-14, 1919 e 1924.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

ADN – A Defesa Nacional

EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

EEM – Escola de Estado Maior

EMPV – Escola Militar da Praia Vermelha

EMR – Escola Militar do Realengo

EME – Estado Maior do Exército

MI – Missão Indígena

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS.....	12
1.1.1	Objetivo geral	12
1.1.2	Objetivos específicos	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	ANTECEDENTES E CAUSAS	13
2.1.1	A guerra de Canudos	13
2.1.2	Revolta da Vacina	14
2.1.3	Condição do Exército no início da Primeira República (1889-1930)	16
2.1.4	A criação da Escola Militar do Realengo	18
2.1.5	A criação da Missão Indígena	19
2.1.6	O ensino antes da intervenção da MMFB na EMR	23
2.1.7	O levante de 5 de julho de 1922 e o fim da Missão Indígena	25
2.2	A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL.....	28
2.2.1	A MMF de instrução na EMR	29
2.2.2	O fim da Missão Militar Francesa no Brasil	35
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	36
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	37
3.2	MÉTODOS	37
3.2.1	Procedimentos de pesquisa	37
4	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Desde a fundação do Exército Brasileiro, em 1822, como instituição, a força esteve empenhada na missão de formar oficiais através de diversas escolas de formação, os quais, com o passar do tempo, seriam os responsáveis por determinar o rumo da instituição. Por esse motivo, as escolas que desempenharam essa função sempre tiveram uma atenção especial, tendo em vista que sua missão sempre se mostrou muito nobre e importante.

Em 1790, a Rainha D. Maria I de Portugal estabeleceu em Lisboa a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Dois anos depois, uma instituição semelhante, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, foi autorizada a ser criada na então capital do Brasil, Rio de Janeiro.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808, a instituição foi substituída pela Real Academia Militar do Rio de Janeiro, criada pelo Príncipe-Regente em 1810. Após a independência em 1822, passou a ser denominada Imperial Academia Militar. Em 1840, seu nome foi alterado para Escola Militar, e a partir de 1858, recebeu o nome de Escola Central, quando foi transferida para as instalações do Forte da Praia Vermelha.

Na Escola Central, tanto engenheiros civis como militares eram formados, já que na época era a única escola de engenharia do país. A partir de 1874, a Escola Central passou a formar apenas engenheiros civis, enquanto a formação de oficiais de engenharia e artilharia passou a ser realizada na Escola Militar da Praia Vermelha.

No âmbito das transformações ocorridas no Brasil no final do século XIX e início do século XX, a modernização das Forças Armadas tornou-se uma necessidade imperativa para o país. Observou-se a necessidade de uma evolução no ensino militar, a fim de melhor preparar a oficialidade brasileira para os problemas advindos da guerra moderna.

Por meio de uma abordagem histórica e uma ampla pesquisa documental, buscaremos fornecer uma análise sobre a atuação da Missão Militar Francesa na Escola Militar do Realengo, destacando seu impacto na politização dos alunos da escola, através de um equilíbrio no currículo da EMR, visando formar oficiais plenamente capazes de desempenhar o seu papel social ante a perturbação da ordem, sendo ela de caráter interno ou externo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a evolução do ensino na Escola Militar do Realengo durante a Missão Militar Francesa no Brasil.

1.1.2 Objetivos específicos

- Apresentar os motivos da escolha da França como interventora no sistema de ensino da Escola Militar do Realengo;
- Apresentar a estrutura de ensino da Escola Militar do Realengo antes do início dos trabalhos da MMF na escola;
- Apresentar as modificações implementadas pela Missão Francesa;
- Analisar a interferência da MMF de instrução na EMR e suas consequências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANTECEDENTES E CAUSAS

2.1.1 A guerra de Canudos

A Guerra de Canudos foi um conflito armado que ocorreu entre 1896 e 1897, na região de Canudos, no sertão da Bahia, Brasil. Foi uma revolta popular liderada por Antônio Conselheiro, um líder religioso e messiânico.

A comunidade era formada por sertanejos pobres que buscavam uma vida mais justa e igualitária, fugindo da miséria e das desigualdades sociais. Antônio Conselheiro era considerado um líder carismático e pregava ideais religiosos e sociais, atraindo um grande número de seguidores.

A revolta de Canudos foi uma manifestação contra as condições precárias de vida no sertão nordestino e contra a marginalização social enfrentada pelos sertanejos. A comunidade, com o passar do tempo, tornou-se uma espécie de bastião de resistência contra o governo e as elites locais.

Para o Governo, os movimentos messiânicos eram retrógrados e antiprogressistas (NEGRÃO 2001), e temendo o crescimento e a influência de Canudos, enviou expedições militares para reprimir o movimento. Inicialmente, o governo subestimou a magnitude e a

resistência da revolta, considerando-o uma ameaça menor. No entanto, com o aumento da violência e o crescente apoio popular a Antônio Conselheiro, o governo sentiu a necessidade de sufocar o movimento.

O Exército Brasileiro lançou três campanhas militares contra o local, após uma expedição fracassada de um destacamento policial da Bahia. Cada uma delas enfrentou forte resistência e determinação dos sertanejos. As duas primeiras expedições foram derrotadas acarretando em pesadas baixas para as tropas do governo. (RIBEIRO 2008)

Por conta disso, a última expedição foi de larga escala, composta por tropas regulares e voluntários recrutados em todo o país. Sob o comando do general Artur Oscar, as forças militares lançaram uma série de ataques a Canudos, buscando dismantelar o movimento e capturar ou eliminar seus seguidores.

No entanto, a resistência feroz e a capacidade de defesa dos sertanejos de Canudos surpreenderam as tropas do Exército. A batalha foi marcada por uma guerra de trincheiras e assaltos frontais às posições dos rebeldes. Os soldados enfrentaram condições adversas, incluindo o clima hostil, doenças e a resistência implacável dos defensores de Canudos.

Após várias tentativas e intensos combates, o Exército Brasileiro finalmente conseguiu capturar e destruir Canudos em outubro de 1897. A vitória do Exército custou a vida de 5 mil soldados e com destruição da segunda maior cidade da Bahia naquele momento (VENTURA, 2008)

A participação do Exército Brasileiro na Guerra de Canudos foi um episódio marcante na história do país. O conflito evidenciou algumas deficiências na capacidade do Exército participar de combates, dentre elas: o uso inadequado da artilharia, a falta de coordenação entre as unidades e o uso de táticas lineares.

2.1.2 Revolta da Vacina

Quando o presidente Rodrigues Alves assumiu o governo em 1902, a cidade do Rio de Janeiro se deparava com uma situação alarmante: montanhas de lixo se acumulavam pelas ruas, proporcionando um ambiente propício para a propagação do vírus da varíola. Além disso, ratos e mosquitos transmissores de doenças fatais, como a peste bubônica e a febre amarela, proliferavam desenfreadamente, causando a morte de milhares de pessoas todos os anos.

Com o objetivo de promover a reestruturação urbana e melhorar as condições sanitárias da cidade, Rodrigues Alves designou Pereira Passos como prefeito e Oswaldo Cruz como Diretor da Saúde Pública. Essa iniciativa resultou na implementação de extensas obras públicas,

como o alargamento de ruas e avenidas, além do combate às doenças (SEVCENKO, 1999, p. 32).

No entanto, a reurbanização do Rio de Janeiro teve um impacto significativo sobre as camadas mais pobres da sociedade, que foram deslocadas de suas moradias, como casebres e cortiços, devido às demolições. Essa população foi forçada a se mudar para áreas distantes de seus locais de trabalho, resultando no crescimento das favelas nos morros.

A campanha de saneamento foi conduzida de forma autoritária, envolvendo invasões e buscas em residências (SEVCENKO, 1999, p. 11). Não houve esforços para fornecer informações sobre a importância da vacinação ou da higiene. Naquela época, em que as pessoas vestiam-se cobrindo todo o corpo, expor os braços para receber a vacina era considerado "imoral". Isso gerou um sentimento generalizado de insatisfação da população em relação ao governo, resultando na eclosão da "Revolta da Vacina".

Iniciada como uma manifestação contra a vacinação obrigatória, a Revolta da Vacina logo se estendeu para abranger críticas aos serviços públicos em geral e ao governo. Durante a revolta, as ruas da capital testemunharam ataques, viradas e incêndios de bondes (CARVALHO, 2005, p. 101). Os manifestantes também danificaram fiações elétricas, ergueram barricadas, derrubaram árvores e apedrejaram veículos.

Em um curto período de apenas cinco dias, aconteceu um evento que deixou um importante legado na história da saúde pública no Brasil. A Revolta da Vacina resultou em 945 prisões, 110 pessoas feridas e 30 mortes, de acordo com informações do Centro Cultural do Ministério da Saúde.

A Escola Militar da Praia Vermelha teve um papel significativo durante a revolta. Vários estudantes da escola se juntaram aos protestos e manifestações contra a vacinação obrigatória. Eles se posicionaram contra as medidas implementadas pelo governo e participaram ativamente dos tumultos nas ruas.

A participação da escola contribuiu para intensificar os conflitos e aumentar a dimensão dos protestos, ajudando a mobilizar um contingente adicional de manifestantes e a fortalecer a resistência contra as medidas governamentais. Os estudantes demonstraram sua insatisfação com as políticas de saúde pública e também expressaram críticas mais amplas em relação aos serviços públicos e ao governo em geral.

Após a derrota da Revolta da Vacina, os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que em sua grande maioria participaram da tentativa de golpe contra o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), enfrentaram consequências graves. Para o historiador Nicolau Sevcenko, a oposição política da época se aproveitou da indignação da população para abrir caminho a um

golpe contra o governo. Muitos alunos foram presos e posteriormente expulsos do Exército, perdendo suas carreiras militares.

Além disso, como resultado dos distúrbios e da participação da escola na revolta, a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada. Essa medida foi uma resposta do governo às ações dos estudantes e visava controlar qualquer possibilidade de resistência ou rebelião futura.

O fechamento da escola representou uma repressão direta ao movimento e um esforço para reprimir qualquer atividade considerada subversiva ou contrária ao governo. A ação também serviu como um exemplo para desencorajar futuras manifestações e insurreições que pudessem surgir.

2.1.3 Condição do Exército no início da Primeira República (1889-1930)

Apesar do Exército Brasileiro ter sucesso nas campanhas internas as quais participou, sua atuação nesses movimentos denotou um exército deficiente e atrasado, tendo em vista que tais vitórias se deu às custas de pesadas baixas, tanto em termos de materiais quanto de pessoais.

Durante os últimos anos da Monarquia no Brasil, o Exército enfrentou um período de estagnação, no qual não houve renovação de seu equipamento e nem acompanhamento das evoluções dos métodos de combate utilizados nas recentes guerras na Europa e em outras partes do mundo. A elite militar fez esforços para superar essa estagnação, porém, não obteve sucesso significativo. Nos primeiros anos da República, mesmo com os militares ocupando a Presidência, não foram feitos avanços significativos nas Forças Armadas.

Por outro lado, a reforma de 1890, conhecida como Regulamento Benjamim Constant, continuou proporcionando aos oficiais uma formação excessivamente teórica, deixando de lado uma instrução militar adequada. A Campanha de Canudos evidenciou graves deficiências na preparação militar das tropas.

A falta de recursos financeiros era um obstáculo para o desenvolvimento e modernização do Exército. Os recursos destinados às Forças Armadas eram limitados, o que dificultava a aquisição de equipamentos modernos, treinamento adequado e melhorias nas condições de trabalho dos militares. Os quartéis, arsenais e demais instalações militares muitas vezes estavam em condições precárias, o que prejudicava as atividades cotidianas e a prontidão das tropas.

O treinamento militar era limitado devido à falta de recursos e à falta de uma estrutura educacional adequada. A formação dos militares não acompanhava os avanços e as

necessidades do campo de batalha moderno, o que afetava sua preparação e desempenho operacional.

O Exército enfrentava defasagem tecnológica em relação a outras nações, especialmente no que dizia respeito a armamentos, equipamentos de comunicação e logística. Isso impactava sua capacidade de defesa e operações militares eficientes.

A influência política na nomeação e promoção de oficiais era uma realidade no Exército da Primeira República. Indicações baseadas em critérios políticos, em vez de mérito e competência, geravam insatisfação e desmotivação entre os militares mais qualificados. O Exército era marcado por divisões internas, rivalidades entre facções e conflitos de interesse. Essas divergências muitas vezes prejudicavam a coesão e a efetividade das operações militares.

As experiências de combate ocorridas durante a década de 1890 tiveram um impacto negativo no Exército, ao invés de fortalecer seu profissionalismo. Já enfraquecido nas últimas duas décadas do período imperial, nos primeiros anos da República, o Exército muitas vezes apresentava uma capacidade operacional inferior à dos grupos revoltosos. Um exemplo disso foi a necessidade de mobilizar cerca de 40% de seu efetivo e realizar várias expedições para derrotar os sertanejos despreparados em Canudos.

Porém, os anseios por reformas no Exército brasileiro continuavam presentes e, aos poucos, começaram a se concretizar. Foi no final do século XIX que se observou o início de um movimento de renovação sob a liderança do Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, que ocupava o cargo de Ministro da Guerra. Durante esse período, o Exército passou por um processo de reestruturação e as escolas militares foram reorganizadas. Em 24 de outubro de 1896, foi criado o Estado-Maior, que posteriormente foi regulamentado em 6 de janeiro de 1899 e instalado em 29 de janeiro, marcando assim uma nova fase para o Exército.

Foram propostas várias reformas em diferentes áreas. A defesa da barra do Rio de Janeiro foi modernizada e o General Hermes da Fonseca desempenhou um papel importante ao impulsionar as reformas militares. Como comandante do 4º Distrito Militar, que abrangia a região do Rio de Janeiro, ele organizou grandes manobras militares em Santa Cruz, proporcionando às tropas uma experiência real de ação em campanha.

Posteriormente, durante seu mandato como Ministro da Guerra no governo de Afonso Pena, Hermes da Fonseca implementou reformas no Exército, adaptando-o aos moldes modernos. Uma das principais mudanças foi a criação das grandes unidades permanentes, conhecidas como brigadas estratégicas, que melhor se adequavam à realidade brasileira naquela época, entre os anos de 1908 a 1914. Além disso, introduziu o serviço militar obrigatório por

meio da Lei nº 1860, de 4 de janeiro de 1908, com base no artigo 86 da Constituição: "todo brasileiro é obrigado a prestar serviço militar".

Em 5 de setembro de 1906, o Exército estabeleceu a Confederação de Tiro Brasileiro, que organizou os Tiros Nacionais surgidos no Sul como resultado da Revolta Federalista. Ainda no mesmo ano, foi fundado o Clube do Tiro Federal, localizado no Rio de Janeiro, onde eram utilizados fuzis de guerra.

Esse clube posteriormente se transformou no Tiro 7, sob o comando do Primeiro Tenente Ildelfonso Escobar, que havia estudado na Escola de Saint Cyr. Ao mesmo tempo, surgiu a figura do "voluntário de Manobras", cujos membros adquiriam experiência e formavam uma reserva. Em 1910, já existiam 10 mil atiradores em todo o Brasil.

2.1.4 A criação da Escola Militar do Realengo

Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, a formação dos oficiais do Exército Brasileiro ficou carente de uma instalação e orientação. Em decorrência disso, e visando unificar as escolas de formação de oficiais, foi criada a Escola Militar do Realengo, localizada no bairro que leva o seu nome em Realengo, no Rio de Janeiro.

A escolha desse bairro se deu por ser um local afastado das agitações políticas da capital brasileira, tendo em vista que a EMPV fechou em decorrência da adesão de seus alunos à uma revolta. O local também proporcionava espaço para os treinamentos militares de campo, além de existirem outras instalações militares no bairro, o que facilitaria o início das atividades na nova escola.

O objetivo da criação dessa nova escola era, além de unificar a formação, mudar a forma de ensino visando formar oficiais capacitados a exercer a verdadeira profissão militar. A formação realizada na Praia Vermelha era caracterizada por uma abordagem civil, com ênfase nas ciências matemáticas, físicas, naturais e filosóficas, em contraste com a prática e a técnica militar.

O propósito dessa estrutura curricular era capacitar os oficiais não apenas para suas responsabilidades militares, mas também para oferecer suporte ao Regime Republicano e possuir conhecimentos sobre as atividades e profissões civis relacionadas à engenharia. Os exercícios de combate em campo eram considerados secundários em relação a esses objetivos.

Conseqüentemente, esses oficiais adquiriram reputação de serem chamados de "científicos" ou "bacharéis fardados". Eles eram, de fato, burocratas e políticos que rivalizavam

com os bacharéis civis pelo reconhecimento da sociedade. Viviam sob influência do Positivismo, Republicanismo e Cientificismo, se engajando na política.

A vivência plena da tropa restava aos militares que levavam a alcunha de “tarimbeiros”, pois eram oficiais que participaram de campanhas militares, e, no transcorrer das operações, dormiam em tarimbas, uma espécie de cama de campanha. Esses militares chegaram ao oficialato exatamente por conta de suas participações em tais campanhas, possuindo pouca ou nenhuma educação acadêmica.

Apesar da distinção entre essas duas formas de se chegar ao oficialato, nenhuma delas possuía uma formação militar técnica e moderna. Por conta disso, com a criação da Escola Militar do Realengo, iniciou-se um esforço para a modernização do ensino militar. A escola, durante o seu tempo de funcionamento, foi regida por uma série de regulamentos, sendo o primeiro deles o de 1913, que foi alterado em 1914, e tinha o objetivo de tornar mais prático o estudo das disciplinas.

O regulamento de 1913-1914 condenava os “excessos de teorias” e as “divagações inúteis”, buscando tornar todo o ensino prático ou teórico-prático (GRUNENVALDT, 2005, p. 113 e 118). O ensino prático e o esforço físico seriam a grande diferença da formação encontra na Escola Militar da Praia Vermelha.

Apesar dos esforços para a melhoria do ensino militar, muito caminho ainda havia de ser percorrido, e a promulgação do regulamento do 1913-1914 era apenas o primeiro passo. A partir de 1913 surgiria um novo grupo de militares chamados Jovens Turcos, que traziam novas ideias para a modernização do Exército Brasileiro e do Ensino Militar, reconfigurando a forma como o Estado Maior do Exército enxergava tal situação.

2.1.5 A criação da Missão Indígena

Como já dito, no início do século XX, os oficiais do Exército Brasileiro eram divididos em dois grupos característicos, sendo os “doutores”, os quais seguiam a tradição da Escola Militar da Praia Vermelha e os “tarimbeiros”, oficiais que galgaram postos através da participação em campanhas militares, sendo estes pouco escolarizados.

Nesse meio, surgiu os chamados jovens turcos, os quais tiveram uma educação formal de qualidade e instrução militar sólida. O grupo era formado por 34 oficiais que estagiaram na Alemanha por dois anos, enviados em momentos diferentes, tendo a missão durado de 1905 a 1912. Esses militares fomentaram a modernização do exército, inclusive da educação militar, e

ao retornarem do estágio, deram início a esse movimento. Segundo o historiador Edgard Carone (1975), eles lutaram “constantemente para impor novas regras de disciplina, combate, ao rotineiro exército brasileiro”.

Suas ideias passaram a ser difundidas pela revista *A Defesa Nacional*, fundada em 1913 por 12 militares, dos quais 8 estagiaram no exército alemão. Através da revista, suas ideias se propagaram e ganharam grande circulação. Lá foram abordados temas como o serviço militar obrigatório para a formação de uma reserva mobilizável e a valorização do Exército ante a sociedade.

A preocupação com a formação dos futuros oficiais do Exército Brasileiro havia se intensificado por conta da Primeira Guerra Mundial. Um editorial de 1917 da revista ADN explorou esse fato, constatando que os alunos da Escola Militar não estavam sendo preparados para atuar em situações e problemas que uma guerra como aquela trazia. O ingresso do Brasil no conflito se deu naquele mesmo ano, e o impacto desse conflito refletiu na organização do Exército Brasileiro e na educação militar

Os regulamentos criados nessa época refletiram a necessidade de adaptar o Exército às novas demandas impostas pela Grande Guerra. Houve um impulso para enfatizar o treinamento prático e profissional dos militares. No entanto, ficou claro que simplesmente promulgar regulamentos e implementar medidas teóricas não seria o bastante. Era preciso uma ação prática efetiva para realizar as mudanças necessárias e atender às demandas da época.

Os jovens turcos acreditavam que a escola militar estava com seu ensino profissional defasado, sendo o currículo formado excessivamente por matérias teóricas. Um editorial da revista ADN chamado *O ensino profissional*, publicado em janeiro de 1918, ataca a incapacidade da escola de formar seus alunos capazes de comandar tropas e preparo prático, o que, do ponto de vista do grupo, era sinônimo de profissionalismo. A primeira crítica foi dirigida aos “administradores” da escola, em que:

Depois de inúmeras remodelações no ensino profissional, após várias medidas de caráter técnico interessando a essência de nossa organização militar, somos forçados a repetir que os resultados dos esforços de nossos administradores, visando a formação do quadro de oficiais, esbarram mais uma vez em novas decepções, porque, no terreno da prática, ou as ideias surgiram sempre com pouca felicidade ou os projetos acabaram por se amoldar as conveniências pessoais. (...) Não temos tido sorte, realmente com o nosso ensino profissional (...) a verdade é que a questão da formação do quadro de oficiais tem sido várias vezes tomada em consideração pelos nossos dirigentes, mas não houve ainda quem conseguisse enfrentá-la e resolvê-la de modo satisfatório (*A Defesa Nacional*, n. 52, 1918, p. 101).

Nesse trecho é possível observar o uso de termos como “administradores” e “dirigentes”, que era uma forma de se referir a políticos e superiores hierárquicos, mas ao mesmo tempo,

proteger os membros da revista de sofrerem algum tipo de consequência disciplinar. Essa parte da revista deixa clara a visão dos jovens turcos, que os “administradores” e “dirigentes” eram os responsáveis pela falha nesse quesito da formação dos oficiais.

O editorial não esconde que o “ensino profissional é um problema que não foi ainda resolvido e requer, neste país de problemas a resolver, uma urgente e dedicada atenção.” (A Defesa Nacional, n. 52, 1918, p.101). Esse problema só poderia ser resolvido quando a escola tivesse como,

Principal objetivo a formação de oficiais instrutores, aptos a ministrarem nos corpos a instrução a seus comandados, surgindo diante destes não como neófitos mas verdadeiramente como mestres. Sob tal orientação, cogita-se finalmente de modelar o ensino, dando-lhe um cunho prático e essencialmente militar (...) formando de fato dês chefs de peloton et non dês généraux. (A Defesa Nacional, n. 52, 1918, p. 102).

De acordo com os jovens turcos, a escola militar devia fixar em formar “chefes de pelotão, e não os generais”. A formação focada em generais era uma forma de criticar um ensino com grande carga teórica e com matérias que deveriam ser ministradas apenas em um curso para os altos postos do Exército Brasileiro, quando na verdade, a formação deveria ser focada em formar um bom comandante de pelotão.

Eles acreditavam que o ideal seria seguir o modelo alemão de formação, como pode-se observar no trecho “para o alto comando e para a formação dos oficiais de estado maior uma academia militar nos moldes, por exemplo da de Berlim, cursada ulteriormente, com a admissão franqueada aos oficiais de todas as armas e obedecendo a um selecionamento rigoroso.” (A Defesa Nacional, n. 52, 1918, p.102)

O grupo, em contrapartida, tinha a formação francesa como exemplo de formação recheada de disciplinas com pouca importância, em que os programas eram cheios de “*matérias sem aplicação prática ou de necessidade remota.*” (A Defesa Nacional, n. 52, 1918, p.102). Dessa maneira, a formação ideal deveria valorizar a tropa.

Alguns meses após a publicação desse editorial, foi aprovado pelo decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918, um novo regulamento para a EMR, que promoveu algumas poucas reformulações e redefinições de conteúdos na grade curricular dos cursos ministrados na Escola Militar.

Em 1918, o ministro da Guerra, José Caetano de Faria, implanta a chamada “Missão Indígena” na EMR, colocando alguns dos jovens turcos como instrutores da Escola Militar, a fim de concretizar as alterações propostas por esses oficiais, confirmando sua importância.

Vale salientar que os militares que estagiaram na Alemanha, os militares que compunham a Missão Indígena, e os membros da ADN não eram necessariamente as mesmas pessoas; antes, integravam um grupo com objetivos em comum, visando a reforma, modernização e profissionalização do Exército Brasileiro, compartilhando da mesma concepção de educação militar.

A apresentação dos instrutores na EMR se deu em 1919, e contou com a presença do chefe do EME General Bento Ribeiro (1914-1919), bem como do recém nomeado Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar. Nesse contexto, o chefe do Estado Maior do Exército proferiu o seguinte discurso:

Pela primeira vez este EME teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros oficiais, como há muito já deveria ter sido feito. Participo, conseqüentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não falta competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil, mas não há motivos para esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; ou foi o concurso que, não sendo perfeito é o menos imperfeito dos processos para a seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino ou foi o conceito mais ou menos generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos oficiais têm passado pela Escola Militar como instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca um corpo de instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional. Não é demais que vos lembre a influência que a instrução moral e a disciplina cimentada pelo exemplo, terão na Escola Militar, sem bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito peos vossas nomeações. (ARARIPE, Vol.31, n.44, 1963, p.21-22).

Esse discurso denota a expectativa do alto comando do Exército Brasileiro em relação ao trabalho a ser desempenhado pelos novos instrutores da Escola Militar, que tinha como objetivo principal qualificar o ensino prático na escola.

Em 1919 a EMR passou a estar sob o comando do Coronel Eduardo Monteiro de Barros, que estava alinhado com a escolha dos novos instrutores, pois o novo comandante era descrito por ser disciplinador e “chefe de tropa ardoroso, verdadeiro soldado, com experiência dos problemas da caserna e da instrução de sua arma.” (ARARIPE, Vol.31, n.44, 1963, p. 23). A nomeação do novo comandante marcou a ruptura com seus antecessores, pois o comando era ocupado, normalmente, por militares dedicados ao estudo, sendo oficiais que vinham do Estado-Maior ou antigos professores catedráticos.

Uma das primeiras ações da nova equipe de instrução sob o comando do Coronel Monteiro de Barros foi organizar o corpo de alunos da seguinte maneira: um Batalhão de

Infantaria com duas companhias, um Esquadrão de Cavalaria, uma Bateria de Artilharia e uma Companhia de Engenharia. Essa organização visava facilitar a instrução prática por armas e familiarizar os alunos com a rotina da tropa.

2.1.6 O ensino antes da intervenção da MMFB na EMR

Com o advento da guerra moderna, e a necessidade da adequação da formação dos futuros oficiais a essa problemática, foi publicado, através nº 13.574, de 30 de abril de 1919, um novo regulamento para a EMR. Tal regulamento foi aprovado já com a escola sob o comando da Missão Indígena, e enfatizava muitas de suas ideias.

O novo regulamento trouxe uma mudança significativa ao reduzir o número de disciplinas, com o objetivo de aprimorar certos aspectos do regulamento anterior. Com essa alteração, 70% do tempo de estudo passou a ser dedicado a assuntos militares, complementados por um treinamento prático rigoroso e sob a orientação de um regime militar severo. Essa abordagem visava integrar o currículo da escola com a instrução oferecida nos Corpos de Tropa.

Nesse contexto, a missão da EMR era fornecer aos alunos apenas os conhecimentos estritamente necessários para que pudessem desempenhar suas funções como oficiais na tropa, até o posto de capitão.

A estrutura do curso se manteve a mesma descrita pelo regulamento de 1913-1914, dividida em curso fundamental e quatro cursos especiais, um para cada arma, sendo elas Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia. Segundo Jehovah Motta (1998, p. 259), o novo regulamento se assemelha com os anteriores em outros pontos,

Quanto às prescrições didáticas, o Regulamento de 1919 copia, em grande parte, o de 1918, como este já copiara o de 1913. São os mesmos textos usados por esses três estatutos quando tratam dos aspectos gerais do ensino, da importância dos exemplos práticos, dos excessos de teoria e das normas que deverão presidir os programas da maioria das disciplinas.

Tabela 1 - Ensino Prático na Escola Militar: Regulamentos de 1913-1914, de 1918 e de 1919.

CURSO	ANO	REGULAMENTO DE 1913-1914	REGULAMENTO DE 1918	REGULAMENTO DE 1919
FUNDAMENTAL	1º	Equitação Infantaria Cavalaria Artilharia Tiro ao alvo Esgrima Prática falada de francês Prática falada de inglês ou alemão	Ginástica Instrução de infantaria Segunda classe de tiro. Esgrima de baioneta. Sinaleiros. Escola da peça. Prática falada de francês e espanhol. Instrução tática de infantaria. Primeira classe de tiro, tiro de metralhadora. Instrução individual e de conjunto da cavalaria, até à escola de pelotão. Equitação. Esgrima de espada. Execução do tiro com canhão de campanha. Telefonia e telegrafia. Prática falada de francês, espanhol e inglês.	Ginástica de tropas a pé. Aperfeiçoamento da instrução do recruta de infantaria. Esgrima de baioneta. Nomenclatura do fuzil e do mosquetão. Tiro de fuzil. Avaliação de distâncias. Sinaleiros. Nomenclatura sumária do material de artilharia. Emprego e funcionamento dos aparelhos principais da peça. Atribuições e deveres inerentes a cada posto e função, segundo o R. I. S. G (Título II). Ginástica de tropas a pé e montadas. Instrução para praças prontas, graduados e sargentos de infantaria e cavalaria. Emprego da ferramenta da sapa. Sinaleiros e telefone de campanha. Esgrima de baioneta. Tiro de fuzil. Tiro de mosquetão. Avaliação das distâncias. Nomenclatura e manejo da metralhadora e do fuzil-metralhadora. Tiros de instrução de metralhadora e fuzil-metralhadora. Equitação. Esgrima de espada a pé. Escola do servente. Escola de peça. Instrução de apontadores de artilharia. Tiro simulado de bateria. Instrução de condutores de artilharia. Tiro real do canhão de campanha. Exposições disciplinares do R. I. S. G (Título IV)

Fonte: GRUNENVALDT (2005)

O quadro deixa claro a importância gradual que o ensino prático foi ganhando com o passar dos anos 1910, além do aprofundamento em algumas matérias através do Regulamento de 1919. Também é possível notar a extinção das matérias voltadas a línguas estrangeiras. Esse fato evidencia a tentativa de mitigar ao máximo o ensino teórico, tendo em vista que o domínio sobre alguma língua estrangeira era algo usado para distinção entre bacharéis.

Segundo Jehovah Motta (1998, p. 258) “O estatuto de 1919, nesse sentido, representa mesmo um clímax. Nunca antes ou depois dele as matemáticas, as demais ciências – a ‘cultura geral’ como às vezes se tem dito – enfrentaram tantos desfavores. Nunca como nele a operatividade profissional ao nível do tenente-instrutor foi cercada de tantos desvelos”.

Segundo o regulamento, a abordagem educacional deve ser orientada de modo a evitar o acúmulo excessivo de teoria, divagações desnecessárias e generalizações prematuras. Cada professor terá como objetivo proporcionar aos alunos um aprendizado que siga a sequência natural do pensamento humano, ou seja, partindo de exemplos concretos para conceitos mais abstratos.

2.1.7 O levante de 5 de julho de 1922 e o fim da Missão Indígena

Com o fim da República da Espada (1891-1894), teve início a República Oligárquica (1894-1930). Nessa república, o cargo de presidente ficava alternando entre grandes produtores de leite do Estado de Minas Gerais e Cafeicultores do Estado de São Paulo, o que ficou conhecido como “política do café com leite”.

Esse esquema político estava funcionando muito bem e mantinha a perpetuidade das oligarquias no poder, entretanto, em 1922, uma chapa, chamada “Reação Republicana”, prometia acabar com a “política do café com leite”. Nilo Peçanha disputava a presidência em nome da chapa, enquanto do lado das oligarquias, o candidato era Artur Bernardes.

Apenas pelo exposto acima, já conseguimos entender o porquê os militares se opunham à República Oligárquica, uma vez que foi esses políticos que tiraram os militares do poder e governavam visando manter os benefícios de sua classe. Porém, um vazamento de cartas na imprensa, supostamente escritas por Artur Bernardes, criticava o marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República de 1910 à 1914, e os militares do Exército Brasileiro, o que fez o atrito entre esses e os políticos da República Oligárquica aumentar.

Uma das cartas diz:

Belo Horizonte, 3-6-1921.

Am.º Raul Soares

Saudações afetuosas.

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados [protegidos], e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois, essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Eptácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Eptácio com medo não atender, se de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas. A situação não admite temporizações os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões. Abraços do ARTHUR BERNARDES. (SILVA, 1964, p.60).

O banquete descrito na carta se refere ao que foi oferecido durante a cerimônia de posse do Marechal Hermes da Fonseca na presidência do Clube Militar.

Artur Bernardes ganhou as eleições de 1922, causando grande revolta da oposição, que buscou mobilizar a população e os militares para que houvesse uma maior fiscalização e seriedade no processo eleitoral. Porém, o estopim da revolta do dia 5 de Julho de 1922 foi a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar.

Tal ocorrência se deu pelo fato de, em Pernambuco, um grupo ligado ao então presidente Eptácio Pessoa requerer intervenção federal ao seu favor. O Clube Militar recebeu um telegrama dos militares daquela guarnição que expressavam sua vontade de não intervir. O Marechal respondeu ao telegrama recomendando que não intervissem, dizendo que “as situações políticas passam e o exército fica”.

O então Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, repreendeu Marechal Hermes da Fonseca por intervir em assuntos que não eram de sua competência legal. Este, por sua vez, sentindo-se ofendido, enviou uma carta ao Presidente da República, no dia 2 de julho, não aceitando a repreensão. Em decorrência disso, Eptácio Pessoa decretou a prisão de Marechal e o fechamento do Clube Militar por 6 meses. Ele seria solto 17 horas após sua prisão, no dia 3 de julho, porém, esse fato não seria capaz de conter o que estava por vir.

Em decorrência dos fatos, um levante eclodiu em alguns quartéis do Exército no Rio de Janeiro no dia 5 de julho. Inicialmente, o levante contava com mais de 300 militares, liderados pelo Capitão Hermes da Fonseca, filho de Marechal Hermes da Fonseca e comandante do Forte de Copacabana. Tal revolta teve adesão da Escola Militar do Realengo, que participou com quase a totalidade de seu efetivo da época.

A EMR contava com cerca de 600 alunos de prontidão, e tinha a missão de se juntar a um efetivo de revoltosos que estava aquartelado na Vila Militar, e seguir para o Palácio do Catete, a fim de depor o Presidente Epitácio Pessoa e empossar o Marechal Hermes da Fonseca.

Entretanto, na Vila Militar, haviam várias unidades da 1ª Divisão de Infantaria, comandadas pelo Coronel Sezefredo dos Passos, que recebera, horas antes, ordens de prender oficiais suspeitos que desembarcassem na estação da Vila Militar. Esse fato fez com que os rebeldes da EMR perdessem seus elementos de ligação que estariam na Vila Militar, tornando um confronto quase inevitável.

Quando o dia 5 de julho clareou, a EMR realizou alguns tiros em quartéis da Vila Militar, a fim de verificar sua reação. Em pouco tempo, elementos se voltavam em formação contra a Escola, fazendo com que os primeiros disparos ocorressem. Todo o efetivo da Vila estava contra a EMR, onde já havia um aluno morto e um ferido, denotando a situação crítica em que aqueles revoltosos se encontravam.

O efetivo de revoltosos da EMR foi conduzido para o interior da Escola e, na tarde daquele dia, entregou-se sem resistência. Por conta disso, a missão teve seu tempo de duração encurtado devido a participação da escola no movimento tenentista de 5 de julho de 1922, o que resultou na expulsão de todos os alunos envolvidos, totalizando 584 alunos, o afastamento do comandante e de todos os instrutores relacionados a Missão Indígena.

Por conta desses movimentos, no qual a EMR figurou como um dos principais núcleos, começou a correr a ideia, que vinha dos militares franceses, de despolitizar os oficiais do Exército Brasileiro, no sentido de não mais interferirem em assuntos políticos, através da ideia de reconhecer a supremacia do poder civil. A ideia foi defendida pelo Tenente-Coronel Maurice De Rougemont da MMF, em um artigo publicado na ADN chamado O papel do oficial numa democracia moderna.

O Tenente-Coronel defendia a necessidade da evolução da mentalidade do corpo de oficiais, responsável por ser o órgão motor do Exército. Para tal, era necessário que esses militares tivessem entendimento de sua função de dar educação moral a tropa e instruções de guerra, agindo com “vivo interesse pelas coisas militares, gosto pelo comando e pelas responsabilidades, um sentido agudo da psicologia do homem e uma natural repugnância pelas coisas não limpas e sérias” (DE ROUGEMONT, 1923, p. 358).

Um ponto observado pelo Capitão Nilo Val, um dos redatores do novo regulamento, em que os regulamentos de 1918 e 1919 ignoravam o aspecto teórico do conhecimento, ou seja, não havia uma ligação sequencial entre o ensino teórico e prático. Ele afirmava que só poderia praticar uma teoria que já fosse adquirida, “para não se insistir no absurdo de praticar teorias

ignoradas que poderia redundar em exercícios sem valor apreciável ou até nocivos.”. Concluiu dizendo que EMR não poderia continuar formando “mediócrs instrutores”, pois a segurança nacional dependia do preparo intelectual e moral dos oficiais formados na EMR.

Em 1922, Artur Bernardes assume a presidência e nomeia o General Setembrino de Carvalho como o novo Ministro da Guerra, que ficaria no cargo até 1926. Ao assumir o cargo, já citou em seu primeiro relatório a questão de mudanças no currículo da Escola Militar.

Urge fazer a reforma do ensino na Escola Militar. Todos sentem que o plano atual esta positivamente abaixo das exigências da cultura geral que deve ter um oficial para o cabal desempenho das funções que lhe incumbem (...). É fora de dúvida que um oficial que se destina aos altos postos não pode estar estritamente encerrado dentro no horizonte das coisas da profissão (...). A cultura científica consiste, sobretudo, a hora atual, em saber estudar as questões, como diz, e com razão, um conhecido autor num prefácio recente. (Relatório do Ministro da Guerra, General Fernando Setembrino de Carvalho, 1922, p.7-8).

O General queria a ampliação de matérias de cultura geral na EMR, principalmente no curso fundamental, o qual todos os alunos passavam no início da formação.

2.2 A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL

Desde 1910 havia discussões sobre a contratação de uma missão estrangeira a fim de realizar reorganizações e reformas no Exército Brasileiro, e as opções se dividiam entre uma missão francesa e uma alemã, pendendo mais para a alemã, sendo a existência dos jovens turcos uma prova disso. No fim dessa década, o assunto virou pauta também no meio político e alcançou o seu ápice em 1917, com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, declarando guerra ao Império Alemão

Dessa forma, não seria possível realizar as negociações com o exército alemão para contratação de uma missão vinda desse país. Por conta disso, no fim de 1917, o Poder Executivo foi autorizado, através de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, a iniciar as negociações com a França para a contratação de uma missão militar estrangeira para que se organizasse o Exército Brasileiro. A explicação para a promulgação da lei aborda várias críticas ao Exército, afirmando que,

em todos ramos da preparação militar muito dinheiro e energia têm sido gastos sem método; os regulamentos se sucedem sem as ligações indispensáveis à coesão do aparelho militar, os quartéis são abandonados antes de terminada a construção, o material se estraga por abandono ou esquecimento. Tudo é feito de ocasião, sem unidade de doutrina e de ação; há falta de base orgânica e de um programa de desenvolvimento

dessa organização. O mal vem, assim, da alta administração e comando (BASTOS FILHO, 1994, p. 14).

Esse trecho prova que os políticos acreditavam que as más condições do Exército se davam pela falta de capacidade administrativa e organizacional do Alto comando do Exército. Outro ponto que o trecho aborda é o orçamentário que, para os políticos, foram gastas grandes quantias de dinheiro sem nenhum resultado, mas para os militares, as mudanças mal ocorriam devido ao baixo repasse financeiro recebido pelo Ministério da Guerra, algo que seria alterado ao longo da década de 1920.

A escolha desse país se deu, pois, a França possuía um vasto conhecimento e expertise em diversas áreas militares, incluindo treinamento, táticas, armamentos e engenharia. Além disso, na época, o Brasil mantinha relações diplomáticas estreitas com a França. Essas relações eram fortalecidas por laços históricos, culturais e econômicos, o que facilitava a cooperação mútua em diversas áreas, inclusive na esfera militar.

O contrato da missão foi autorizado em 1918, e só seria formalizado em setembro de 1919. Porém, os primeiros instrutores só vieram a desembarcar no Brasil em março de 1920. O contrato tinha duração inicial de 4 anos, com possibilidade de renovação e rescisão individual após 2 anos.

O contrato visava a criação de diversos cursos e escolas, sendo as especializadas, como a de Aviação, de Intendência, de Veterinária e Administração, e as de aperfeiçoamento, como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Escola de Estado-Maior (EEM). As escolas de aperfeiçoamento visavam formar seus alunos com conhecimentos gerais e militares para que fossem capacitados de exercer o comando. Segundo o Ministro da Guerra Cardoso de Aguiar, o percurso do oficial era descrito da seguinte forma:

A Escola Militar naturalmente o viveiro de nossos oficiais. Depois de certo tirocínio na tropa, passam esses oficiais pelo curso de aperfeiçoamento, completando os seus conhecimentos e preparando-se então para prosseguirem em uma escola especial, se suas aptidões tiverem revelado a capacidade ou as tendências de maior desenvolvimento intelectual, porque, em benefício do próprio Exército, dever-se-á futuramente regulamentar a seleção desses oficiais, de sorte a pôr em relevo os verdadeiramente capazes de serem futuros chefes ou técnicos especialistas. (Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918. p.29).

2.2.1 A MMF de instrução na EMR

Inicialmente a EMR não estava abarcada pela MMFB, diferentemente das outras escolas pelas quais passariam os futuros oficiais formados na EMR, como EsAO e EEM. Isso se deu

porque, quando a MMF começou seus trabalhos no Exército Brasileiro, a EMR estava sob orientação da Missão Indígena, a qual já estava realizando reformas na escola, e o EME não estava disposto a abrir mão do grupo de instrutores selecionados para essa missão. Porém, o fim precoce da missão deixou a escola, mais uma vez, carente de uma orientação, abrindo espaço para a atuação da MMF na EMR.

Em fevereiro de 1924 foi decretado um novo regulamento, que equilibrou a importância dada aos estudos gerais e aos profissionais, retomando as bases da cultura geral e científica na formação do oficial. Com a reforma, o curso manteve sua estrutura de 3 anos de formação, sendo os dois primeiros denominado curso fundamental, composto pelo ensino geral e militar. Já no terceiro e último ano, no curso específico das quatro armas, a formação seria voltada para o ensino militar, dividido em teórico e teórico-prático.

A presença da MMFB seria efetivada na EMR através do regulamento de 1924 com a determinação de que as matérias de História Militar e Tática Geral fossem dadas por um oficial estrangeiro da missão, que seria responsável também pela coordenação de todo o “ensino de Tática da Escola tanto teórico como prático. (...) caber-lhe-á apresentar ao comandante o programa dessas matérias e emitir parecer sobre os programas referentes ao ensino prático.” (Regulamento da Escola Militar de 1924, p. 323).

Jehovah Motta, autor do primeiro estudo sistemático sobre a formação de oficiais e que foi estudante da EMR entre 1925 e 1927, observa que o ensino militar, em especial o prático, tinha uma equipe de instrução razoavelmente preparada e material teórico de qualidade, proporcionando uma melhor execução da atividade prática (MOTTA, 1998, p. 276). Dessa forma, é possível verificar que o problema central no ensino da EMR durante a primeira república foi o ensino da cultura geral científica, sendo excessivamente verbalista e abstrato.

Com o regulamento, no quesito militar, o curso fundamental oferecia conhecimentos gerais de infantaria, necessário a todas as armas, e o curso das armas oferecia os conhecimentos práticos peculiares de cada arma. Em relação aos conhecimentos gerais, os dois primeiros anos visavam prover os conhecimentos científicos que todos os oficiais necessitavam e que, mais tarde, os permitiriam cursar outras escolas especiais.

Essa determinação representa uma de suas principais mudanças, tornando o curso fundamental um curso amplo que dava uma base científica sólida, inerente a um oficial de tropa. Tal base serviria para a continuação na formação de oficial, no curso das armas, e para futuras especializações. Por conta disso, esse ensino deveria “ser reduzido ao estritamente reclamado por esse destino, pois que aí prevalecem, também, as razões que limitam os primeiros estudos

militares e obrigam à continuidade e ao aperfeiçoamento sucessivo da instrução” (Regulamento da Escola Militar de 1924, p. 316).

Após o término da formação da EMR, o oficial ainda teria a continuação de seus estudos em outras escolas de aperfeiçoamento, sendo elas a Escola de Aperfeiçoamento de oficiais, para capitães e tenentes, e a Escola de Estado-Maior, para capitães, majores e coronéis. Importante frisar que a passagem por essas escolas era forma de ascensão hierárquica.

Outro ponto importante a se destacar era a determinação de que, todo ano, um instrutor ou professor da EMR fariam uma conferência sobre algum episódio da guerra atual aos alunos que estivessem entrando na escola. Essa determinação demonstra que os assuntos militares não perderam sua importância com a revalorização das matérias de cultura geral.

Segundo Jehovah Motta (1998), com relação as matérias de cultura geral, foi dado ênfase a matérias como Geometria Analítica, Cálculo, Geometria Descritiva, Física, Química e História Militar, gerando uma “estrutura equilibrada do ensino militar”. Com relação a conteúdos práticos, ganharam espaço Educação Física, Armamento, Adestramento para o combate e Serviço em campanha, e foi criada uma nova matéria intitulada Aplicações Gerais da Física, da Química e da Mecânica à Técnica Militar.

Tabela 2: Ensino teórico do Curso Fundamental da EMR. (1913-14, 1919 e 1924)

Regulamento 1913-14	Regulamento 1919	Regulamento 1924
<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimentos Essenciais de Geometria Analítica e Cálculo Transcendente; -Conhecimentos Essenciais de -Direito Constitucional, Administrativo e Internacional; -Legislação Militar Brasileira. -Princípios Gerais de Organização dos Exércitos; -Noções de Tática e Estratégia; -História Militar do Brasil. -Conhecimentos Essenciais de -Geometria Descritiva; -Perspectiva, Sombras e Desenhos Correspondentes. -Conhecimentos Essenciais de -Mecânica Racional; -Noções Fundamentais de Aeronáutica Militar. -Física, Conhecimentos Essenciais de Termodinâmica, -Eletrologia e Fotologia: Química Descritiva Inorgânica e Orgânica. -Higiene Militar, Precedida de Noções Gerais de Higiene. 	<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimentos essenciais sobre organização geral do Exército brasileiro, especialmente das armas, e sobre a tática regulamentar de cada uma delas. -Conhecimentos essenciais do direito constitucional brasileiro e de direito internacional. Direito penal e processual militar brasileiro. -Conhecimentos essenciais de geometria analítica. -Noções essenciais de higiene -Administração militar. -Conhecimentos essenciais sobre o armamento usado no Exército brasileiro. -Física. Conhecimentos essenciais de termodinâmica, fotologia e eletrologia. -Conhecimentos essenciais de geometria descritiva, perspectiva e sombra e desenho correspondente. -Noções de fortificação permanente com referências especiais à fortificação de costa. Estudo sucinto do ataque e defesa das posições permanentemente fortificadas. -Topografia militar. 	<ul style="list-style-type: none"> -Geometria Analítica, Cálculo. Diferencial e Integral. -Física Experimental. Noções de Meteorologia. -Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombra: desenho correspondente. -Estudo da missão do exército e da missão social do oficial. -Organização do exército brasileiro. -Estudo do regulamento da instrução física, precedido das noções de anatomia e fisiologia necessárias a sua execução racional. -Estudo do armamento portátil regulamentar e dos seus meios de conservação. Princípios que presidem a sua organização. -Estudo dos regulamentos de exercícios e combate da infantaria, de tiro das armas portáteis, de serviço em campanha, de transmissões, e de organização do terreno, na parte necessária ao ensino prático correspondente. -Estudo do regulamento para instrução e serviços gerais nos corpos de tropa, inclusive da parte disciplinar.

<p>-Topografia, especialmente Militar, Desenho Correspondente.</p>	<p>-Conhecimentos essenciais de mecânica racional.</p> <p>-Estudo elementar das pólvoras, explosivos e artefatos pirotécnicos em uso no Exército e suas aplicações.</p>	<p>-Noções elementares de topografia. Estudo de terreno, sua morfologia e modo de representá-lo nas cartas.</p> <p>-Mecânica Racional.</p> <p>-Química.</p> <p>-Topografia e Desenho topográfico. Noções de Direito. Legislação militar. Administração militar.</p> <p>-Noções de higiene e profilaxia indispensáveis a saúde dos homens e a conservação do bom estado sanitário das habitações militares, em tempo de paz e de guerra.</p> <p>-Estudo da metralhadora e dos petrechos de acompanhamento da infantaria e dos carros de combate.</p> <p>-Continuação do estudo dos regulamentos, a saber: instrução física, exercícios e combate de infantaria e seus anexos, tiro das armas portáteis, metralhadoras pesadas, serviço em campanha, organização do terreno, transmissões, de instrução e serviços gerais nos corpos de tropa.</p>
--	---	--

Fonte: GRUNENVALDT (2005)

Para Jehovah (1998, p. 270), a nova estrutura curricular tinha o objetivo de “operar uma fusão das ciências com o ofício militar, dando àquelas a sua destinação prática (...) fornecendo a base científica solidificadora do conhecimento profissional”.

O ensino da geometria analítica e do cálculo diferencial e integral era focado exclusivamente nas teorias fundamentais, que eram consideradas essenciais para o seu propósito lógico e científico. O professor deveria se inspirar na convicção de que a matemática constituía a base fundamental de toda a cultura, porém, seu ensino deveria ser verdadeiramente eficaz dentro de uma instituição militar, onde o objetivo não era formar especialistas em matemática.

Dentro desse contexto, era crucial estabelecer claramente o escopo da disciplina, deixando de lado detalhes irrelevantes ou soluções múltiplas sem utilidade prática. Ademais, era necessário selecionar exemplos criteriosos para facilitar a resolução de problemas técnicos que os alunos enfrentariam ao longo do curso ou em suas trajetórias profissionais.

A mesma abordagem deveria ser adotada no ensino da mecânica racional. Os professores poderiam ilustrar várias teorias com exemplos relacionados a assuntos de grande relevância militar. Nesse curso, os alunos teriam acesso a explicações científicas sobre diversas armas e dispositivos, cujo funcionamento eles precisariam se familiarizar posteriormente.

O conhecimento das leis que regem esses elementos seria um guia seguro e inestimável. Considerando as outras disciplinas ensinadas na escola e o objetivo dos oficiais, os professores

de mecânica poderiam adaptar sua abordagem de acordo com as necessidades e a direção geral do ensino.

Na disciplina de noções de direito e administração militar, o professor abordava aos alunos uma variedade de temas, incluindo conceitos relacionados à vida em sociedade e suas normas, os fundamentos e as diferentes divisões do direito. Além disso, eram explorados aspectos referentes ao Estado e à organização constitucional do Brasil, englobando uma compreensão dos três poderes constitucionais, do estatuto político de cidadãos nacionais e estrangeiros, bem como das garantias constitucionais e das restrições à liberdade individual, ao comércio e à propriedade privada, tanto no âmbito do direito público quanto do privado.

O estudo também incluía tratados e convenções assinados pelo Brasil, em vigor, relacionados à guerra terrestre e marítima. Além disso, eram explicadas as leis e regulamentos que tratavam do recrutamento de tropas e quadros, da organização do alto comando, das promoções, reformas e pensões, bem como do Código de Justiça Militar. Por fim, eram abordados os direitos dos oficiais e praças em relação ao recebimento de salários, vantagens e outros benefícios.

No estudo da história militar, o professor optava por selecionar algumas guerras modernas para uma análise abrangente, com o objetivo de ilustrar aos alunos como o futuro das nações está intrinsecamente ligado à organização militar estabelecida em tempos de paz. Em seguida, concentrava-se no estudo de algumas campanhas napoleônicas, com o intuito de estabelecer os princípios fundamentais que sustentam a estratégia e a tática.

Além disso, uma das campanhas nas quais o Exército Brasileiro participou era analisada, enfatizando-se a importância de levar em consideração, nas aplicações militares, a influência decisiva do terreno, dos meios de comunicação e dos recursos materiais disponíveis. Muito provavelmente isso passou a ser estudado para evitar situações como a ocorrida na Guerra de Canudos, em que a tropa ficou carente de ressuprimento devido ao mau planejamento logístico.

O curso de aplicação da física, química e mecânica na técnica militar visava proporcionar aos alunos os primeiros conhecimentos sistemáticos e essenciais sobre um conjunto específico de materiais utilizados na prática. Uma abordagem teórica completa desses materiais exigiria um tempo considerável e só poderia ser realizada em cursos altamente especializados.

Além das pólvoras e explosivos, o curso abrangia elementos como substâncias agressivas para criação de atmosferas tóxicas, aeróstatos e aeroplanos, motores de combustão interna, transmissões elétricas e ópticas, e telemetria. O objetivo não era oferecer explicações exaustivas, mas sim proporcionar aos alunos, que já tinham conhecimento das ciências fundamentais, uma compreensão racional sobre a origem e a utilidade dos diversos recursos militares frequentemente utilizados nas guerras da época.

Outra matéria criada por esse regulamento foi o Estudo da missão do exército e da missão social do oficial, compondo a primeira matéria do ensino militar teórico e ministrada a todos os alunos da EMR. A inclusão dessa matéria provavelmente se deu pelos fatos ocorridos no dia 5 de julho de 1922.

O General Estevão Leitão de Carvalho observa que, entre a juventude militar dos anos 20, havia uma difusão de cultura rebelde em que “obedecer às autoridades superiores e acatar as decisões do governo iam-se tornando uma prova de fraqueza, humilhante para os que, na ignorância do que há de nobre na sujeição dos militares, consideravam a insubordinação ato de altivez e hombridade” (CARVALHO, 1959, p. 96). Tais palavras se referiam aos tenentes de 1922, e demonstra como a alta oficialidade via os problemas decorrentes da despolitização da formação dos oficiais.

Por conta disso, essa matéria tinha como um dos objetivos estimular um pouco de politização nos alunos da EMR, sendo seu principal objetivo mostrar que o papel do Exército Brasileiro não tinha relação com a política. Marechal Hermes da Fonseca certa vez disse que “os políticos passam, o Exército fica” referindo-se à não-intervenção do Exército na política.

Em 1929 foi decretado um novo Regulamento para a escola militar, devido a uma determinação da Lei de ensino militar que objetivava a homogeneização das instituições militares de ensino. Segundo Jehovah Motta (1998), o regulamento foi uma reforma que nada reformou pois copiava 90% dos textos do Regulamento de 1924.

A principal mudança foi a redução do “Curso Fundamental” de dois para um ano. O referido curso devia prover um base com relação a cultura geral científica. As matérias que antes eram ministradas no segundo ano do “Curso Fundamental” foram distribuídas no curso das armas, que agora passava a ter dois anos, de acordo com a arma que melhor se relacionava com elas.

O aumento do curso das armas para 2 anos proporcionou um maior aprimoramento nas instruções específicas de cada arma, diminuindo a carga de instruções de infantaria, que antes eram ministradas nos dois anos do “Curso Fundamental”, e, muitas vezes, não eram necessárias para as atividades de determinadas armas.

Outra importante mudança fruto do novo regulamento foi a criação do cargo de Diretor de ensino militar, a ser exercido por um oficial da MMFB. O Diretor tinha a tarefa de orientar, coordenar e organizar todo o ensino da EMR, e devia “estabelecer diretivas para os assuntos teóricos e práticos, que facilitem a organização dos programas dos respectivos professores e instrutores.” (Regulamento da Escola Militar de 1929, p. 513).

A criação desse cargo seria o primeiro passo para uma melhoria na estrutura administrativa da escola, que viria a se aperfeiçoar nos próximos anos. Esse fato mudou uma estrutura administrativa que vinha desde 1810, e se mostrava muito básica, sendo composta pelo “comandante da Escola como o orientador geral, e do outro, lentes e instrutores, como executantes.” (MOTTA, 1998, p. 278), não condizente com a realidade da escola àquela altura.

2.2.2 O fim da Missão Militar Francesa no Brasil

O Brasil não passou por nenhuma grande conturbação depois do levante de 1924. Apenas na década de trinta novos desafios internos e de grande vulto surgiram, na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932. Mais uma vez integrantes da Escola tomaram parte de movimentos politizados, como no caso de 1930, o que levou à novas mudanças.

Em 1934 um novo regulamento foi promulgado que aumentava a duração do curso de formação de oficiais de três para quatro anos. O objetivo desse aumento era tornar o ensino mais amplo, com mais conhecimentos sobre Sociologia e Economia Política, aumentando o conhecimento dos oficiais, com incremento da carga horária de Ciências Sociais, sem alterar drasticamente o currículo.

A novidade era que, desde a chegada da MMFB na EMR, o Regulamento de 1934 foi o primeiro elaborado e escrito totalmente por oficiais brasileiros, demonstrando estar no caminho do aprimoramento dos oficiais brasileiros na gestão dos assuntos militares. Neste ano, o efetivo francês passava de trinta e quatro para sete oficiais, demonstrando que a missão estava caminhando para o fim.

Devido ao Decreto 192, de 20 de junho de 1935, o Regulamento não foi posto em prática, determinando que a vigência voltasse a ser sob o Regulamento de 1929, com algumas poucas alterações, escritas também por oficiais brasileiros, baseados em ensinamentos colhidos dos eventos de 1930 e 1932.

A partir de então, os demais Regulamentos seriam escritos pelos brasileiros, e a redução de oficiais franceses que atuavam na escola dava espaço para os brasileiros irem, aos poucos, assumindo suas funções. Gradativamente a direção do ensino militar voltou para a tutela brasileira.

A Missão Militar Francesa no Brasil terminaria em 1940, mas deixaria os oficiais brasileiros capacitados a gerir a escola militar. O ensino militar tinha agora outro formato, que seria aperfeiçoado com o passar dos anos até chegar ao que é encontrado hoje na Academia Militar das Agulhas Negras, seguindo o rumo imposto pelos oficiais franceses.

Por fim, iremos brevemente analisar a orientação educacional e o tipo de formação que os oficiais do Exército recebem atualmente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a instituição sucessora da EMR desde o seu fechamento em 1944. Atualmente, os cursos na AMAN têm a duração de 4 anos. Esses cursos são divididos em duas fases distintas.

A primeira fase corresponde ao primeiro ano de formação e tem como objetivo iniciar a formação do cadete, fornecendo conhecimentos fundamentais que são comuns a todos os cursos. A segunda fase, que abrange os três últimos anos, tem como objetivo capacitar o cadete para assumir cargos de tenente e capitão não aperfeiçoado nas Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações), no Serviço de Intendência e no Quadro de Material Bélico.

Ao definir a política educacional da instituição, o site oficial da AMAN destaca que o ensino oferecido na Academia busca proporcionar uma formação abrangente e sólida, como descrito a seguir:

Obedece ao processo gradual, constantemente aperfeiçoado, de educação continuada, desde os estudos e práticas mais simples, até os elevados padrões de cultura geral e profissional, devendo assegurar a seu pessoal, por meio dos diferentes cursos base humanística, filosófica, científica e tecnológica, política e estratégica para permitir o acompanhamento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com a sociedade e a atualização constante da doutrina militar. (...) Ao longo dos quatro anos de formação, o cadete recebe uma excelente base técnico-militar, por meio de instruções e exercícios de adestramento, para que possa, como futuro oficial, exercer as funções de comandante e líder de pequenas frações (Pelotão e Seção) e de subunidade (Companhia, Bateria ou Esquadrão) (Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras, disponível em: <http://www.aman.eb.mil.br/>, acessado em 12 de Abril de 2023)

Apesar da notável diferença entre a diretriz de ensino formulada na década de 1920 e a atual política educacional da AMAN, e apesar da grande distância temporal que as separa, é possível identificar certa proximidade entre elas. Embora os conceitos utilizados sejam distintos, é evidente na política educacional da AMAN uma coexistência relativamente equilibrada entre um ensino geral e científico e um ensino militar e prático.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

O método utilizado para a obtenção de dados foi a pesquisa bibliográfica, pois, esse tipo de pesquisa “desenvolve-se tentando explicar um problema e utilizando o conhecimento

disponível a partir de teorias publicadas em livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos etc.” (AMAN, 2019, p. 58).

Esse estudo pode ser classificado como explicativo, pois seu principal objetivo é “identificar fatores que contribuem ou agem como causa para a ocorrência de determinados fenômenos. É o tipo de pesquisa que explica as razões ou os porquês das coisas.” Dessa forma, podemos classificá-la como sendo explicativa. (LEONEL; MOTTA, 2007, p. 104, apud AMAN, 2019, p. 55).

Quanto a abordagem, essa pesquisa pode ser entendida como qualitativa, tendo em vista que em seu desenvolvimento buscou-se analisar uma situação específica e complexa, como foi a evolução do ensino na EMR em decorrência da atuação da MMFB. Vale ressaltar que o trabalho abarca os antecedentes e o que motivou a atuação da missão na escola, principalmente no que diz respeito a politização dos oficiais da época, e as participações dos militares em diversos movimentos no início do século XX.

3.2 MÉTODOS

3.2.1 Procedimentos de pesquisa

Para o faseamento dessa pesquisa, primeiramente foram levantadas diversas fontes bibliográficas que abordavam o assunto em questão. Após isso, todas as informações coletadas foram compiladas por meio de fichamentos e colocadas em ordem cronológica, com o objetivo de facilitar a compreensão dos fatos. Com esses dados em mãos, procedeu a resposta aos objetivos específicos, que subsidiou para a análise do objetivo geral, que é a análise da evolução do ensino na EMR durante a MMFB.

4 CONCLUSÃO

A formação dos oficiais combatentes do Exército Brasileiro passou por diversas mudanças e evoluções, e no presente trabalho pudemos verificar um extrato desse trajeto, focando no período de 1923 a 1940, momento em que a Missão Militar Francesa no Brasil atuou na Escola Militar do Realengo.

Como podemos observar, quando a formação ainda era realizada na Escola Militar da Praia Vermelha, era excessivamente teórica, focando em matérias de cunho científico, com o objetivo de dar suporte ao Regime Republicano. Dessa forma, os exercícios de campo eram

deixados em segundo plano, formando um oficial defasado em suas capacidades de atuar em suas funções de comandante de pelotão. Por conta disso, os oficiais formados na EMPV eram chamados de bacharéis.

Tal situação se arrastou até o início dos anos 1910, período em que houve uma crescente preocupação com o ensino militar, alçando o seu ápice em 1917, com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A partir desse momento o governo brasileiro passou a tomar medidas mais concretas com o objetivo de adequar a formação dos futuros oficiais aos problemas impostos pela guerra moderna.

Nessa mesma época, conhecida como Primeira República (1889-1930), o Exército Brasileiro se envolveu na contenção de diversas revoltas internas, dentre elas a Guerra de Canudos e a Revolta da vacina. O Exército alcançou o êxito em todas elas, porém, às custas de pesadas baixas tanto pessoal quanto material.

Esses acontecimentos revelaram graves deficiências do Exército em diversos aspectos como orçamentário, atraso tecnológico com relação a outros países, treinamento insuficiente, infraestrutura precária e o envolvimento constante da força em questões políticas. A participação do Exército com revoltas internas, como a Revolta da Vacina e a Revolta dos 18 do Forte evidenciavam esse último problema.

O governo, percebendo a necessidade de reformas no Exército Brasileiro, firma um contrato com o governo francês de uma missão militar estrangeira no Brasil, que passa a atuar a partir de 1920. Os oficiais franceses logo perceberam a necessidade de despolarizar os oficiais brasileiros, no sentido de compreenderem sua função social perante a nação e reconhecerem a soberania do poder civil.

Para alcançarem esse objetivo, os franceses alteraram o currículo da EMR através do Regulamento de 1924, que buscou equilibrar o ensino prático e o ensino teórico, que havia sofrido grande desequilíbrio pelo Regulamento de 1919, em que 70% do ensino era voltado para o prático.

Para tal, deram ênfase a algumas matérias como Geometria Analítica, Cálculo, Geometria Descritiva, Física, Química e História Militar, voltadas a cultura geral, e que fomentavam uma base cultural e melhoria na capacidade de raciocínio dos alunos. No que diz respeito às matérias de ensino militar, foi dado ênfase em Educação Física, Armamento, Adestramento para o combate e Serviço em campanha, visando alcançar um equilíbrio do ensino militar.

Houve também a criação de algumas matérias como o curso de aplicação da física, química e mecânica na técnica militar, cujo objetivo era proporcionar aos alunos uma

compreensão racional sobre a origem e a utilidade dos diversos recursos militares frequentemente utilizados nas guerras da época, fundindo o ensino prático ao teórico.

Outra matéria inserida foi Estudo da missão do exército e da missão social do oficial, que tinha por objetivo situar o futuro sobre sua função para com o Estado Brasileiro. Ela abordava assuntos sobre a missão do exército e a relação entre o exército e a sociedade. A inserção dessa matéria se deu, muito provavelmente, pelos eventos ocorridos em 5 de julho de 1922.

Em 1929 foi assinado outro Regulamento, que pouco alterou o currículo da escola, mas operou uma importante mudança na administração, ao criar o cargo de Diretor de Ensino Militar, a ser ocupado por um oficial francês. O Diretor tinha a tarefa de orientar, coordenar e organizar todo o ensino da escola. Essa alteração se mostraria um importante passo para a evolução da administração da EMR, que até então tinha uma estrutura bastante elementar.

Em 1934 é promulgado um novo regulamento, devido a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, que motivaram mudanças na estrutura da escola. O estatuto, apesar de revogado, foi escrito inteiramente por militares brasileiros, demonstrando que esses estavam se tornando cada vez mais capacitados a assumir a direção do ensino militar.

Em 1935 o efetivo de militares franceses na MMFB reduz de 34 para 7 militares, a missão caminhava para o seu fim, que aconteceria em 1940. A atuação dos franceses acarretou em diversas mudanças no ensino e na mentalidade dos oficiais brasileiros, trabalhando em uma separação gradativa entre a política e o militarismo.

Em 16 anos de missão, a MMFB conseguiu operar mudanças que perduram até os dias atuais, na AMAN, denotando tamanha importância da atuação da missão na evolução do ensino militar. Muitos oficiais formados na EMR durante ou logo após a atuação da MMFB assumiram importantes funções no cenário brasileiro, como Ernesto Geisel, formado na EMR em 1928 e Presidente da República de 1974 a 1979.

Esse fato denota a qualidade que o ensino, sob égide da missão, obteve, formando militares capacitados para assumir o rumo não só do Exército Brasileiro, mas também da nação, ao operar mudanças na base do ensino militar, alcançando o equilíbrio das matérias de cultura geral e emprego militar.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Livro De Iniciação À Pesquisa Científica**. Resende-RJ: Editora Acadêmica. 2. ed. rev. at, 2019. 187 p
- ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil**. Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25
- BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994.
- BENCHIMOL, Jaime. **Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro**. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila de Almeida Neves. Brasil Republicano, vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 231–285
- BENTO, Cláudio Moreira. Marechal José Caetano de Faria. **Revista A Defesa Nacional**, n.724, março/abril de 1986, p. 93-124.
- BITTENCOURT, Liberato. Sobe a reforma do ensino militar. **A Defesa Nacional**. n.113, ano 10, 1923. pp. 538-540.
- BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919. Regulamento para a Escola Militar. pp.481-526.
- BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924. Regulamento de ensino da Escola Militar. pp.310-348
- BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 18.713, de 25 de abril de 1929. Regulamento de ensino da Escola Militar. pp.499-546.
- BRASIL, **Coleção Leis da República**. Decreto nº 18.713, de 25 de abril de 1929. Regulamento de ensino da Escola Militar. pp.499-546.
- CARONE, Edgar. **O tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: Evolução Política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1971.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo, Difel: 1975.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984
- DE ROUGEMONT, Maurice. O papel do oficial numa democracia moderna. In: **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 108, 1923, pp. 358-360.
- Editorial. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.52. Janeiro de 1918. pp. 101-103.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo, 2005.

MAIA, Cláudio Lopes (org.). **Canudos - Um povo entre a Utopia e a Resistência**. Goiânia: CEPEC, 1999.

MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. A crise de técnicos e o ensino militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n.117, ano 10. 1923. pp. 686-688.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo: v. 16, n. 46, Jun 2001.

PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

Relatórios dos Ministros da Guerra, de 1890 a 1925.

Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, n.52. Janeiro de 1918. pp. 101-103.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, Maria Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1977.

VENTURA, Roberto. “Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa” In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2008, V. 50 nº1.